

ELEIÇÕES APUBH UFMG+ 30 E 31/05 DE 2022
GESTÃO 2022-2024

PROGRAMA



CONTAMOS COM SEU VOTO. ELE FORTALECE NOSSO SINDICATO!

O voto é uma manifestação democrática em favor do Programa TRAVESSIAS NA LUTA: MOBILIZAR, CONECTAR, FORTALECER, SONHAR – o que nos motiva a avançar, em diálogo, na luta do movimento sindical docente do APUBHUFMG+.

**PARA DIRETORIA GERAL E
CONSELHO FISCAL
VOTE CHAPA 1**

ÍNDICE:

APRESENTAÇÃO:

01

EIXOS POLÍTICOS:

04

DIRETORIAS SETORIAIS:

06

FILIADOS DA UFMG (CAMPUS MONTES CLAROS) E UFSJ (CAMPUS OURO BRANCO):

12

PANDEMIA DA COVID-19 E O ENSINO:

13

VINCULAÇÃO NACIONAL:

14

COMUNICAÇÃO:

15

APOIO JURÍDICO E CONTÁBIL:

16

APRESENTAÇÃO

Apresentamos aos docentes da UFMG (Belo Horizonte e Montes Claros) e UFSJ/Ouro Branco o programa da chapa **TRAVESSIAS NA LUTA – MOBILIZAR, CONECTAR, FORTALECER SONHAR**. Propomos estar à frente do sindicato APUBHUFMG+ no biênio 2022 – 2024. A chapa é uma continuidade da atual gestão do sindicato (2020 – 2022), com renovação em seus quadros de diretoras e diretores, porém, agregando experiência e aprendizado político para aprimorar nossas práticas de luta junto à categoria de docentes da Educação Superior com: **i)** manutenção da luta pelos seus direitos e a melhora de sua qualidade de vida; **ii)** defesa da educação pública, gratuita, inclusiva, democrática, laica, popular, presencial com segurança para todas as pessoas e de qualidade social; **iii)** defesa do SUS e do setor público; **iv)** recusa às prescrições do Estado neoliberal, ao desmonte do Estado democrático e a sucessiva diminuição da participação popular.

Quando assumimos o sindicato em outubro de 2020, estávamos inseridos e tínhamos pela frente o grave horizonte sanitário da pandemia da Covid-19, usado intencionalmente pelo governo Bolsonaro para aprofundar as intervenções neoliberais no Brasil, sequestrando nossas vidas privadas e reduzindo, bruscamente, a sociabilidade em vários níveis em nosso cotidiano coletivo, quando implantada a urgência do distanciamento social com a realidade do trabalho virtual no ensino, na pesquisa, na extensão e na administração. Não foram poucos os desafios vivenciados em nosso cotidiano individual e coletivo neste longo tempo de declínio e sofrimento, em que as professoras e professores aguentaram firmes os sucessivos desmontes do Estado brasileiro e seus impactos, tal qual na Universidade Pública.

Nestes últimos anos, aprendemos que, para além do modelo econômico, o neoliberalismo é uma engenharia social que se impõe por meio de uma intervenção social profunda para que a liberdade, como empreendedorismo e livre-iniciativa possa reinar. O Estado neste projeto irrompe “(...) para despolitizar a sociedade, única maneira de impedir que a política intervisse na autonomia necessária de ação da economia”. Safatle (2021) nos ensina que o projeto neoliberal bloqueou “(...) principalmente um tipo específico de conflito, a saber, aquele que coloca em questão a gramática de regulação da vida social. Isso significava, concretamente, retirar toda a pressão de instâncias, associações, instituições e sindicatos que visassem questionar tal noção de liberdade a partir da consciência da natureza fundadora da luta de classe”.

A escassez difundida com a crise e a vulnerabilização imposta à vida, facilmente faria uma ampla cooptação de pessoas e grupos na difusão dos processos disciplinares-morais. Assim, Safatle (2021) afirma que o Estado neoliberal age para “(...) desregular a vida associativa e suas forças de pressão na partilha de bens e das riquezas”, submetendo a maioria da sociedade civil aos interesses de grupos privatistas organizados economicamente e/ou moralmente.

Estava montado o aparato para circulação de valores negativos em relação os serviços públicos e, por conseguinte, à Universidade Pública e às pessoas servidoras públicas que compõe seus quadros, submetendo-as ao achincalhamento por meio de indivíduos organizados em redes sociais e retirando, sucessivamente, as verbas do orçamento público para seu financiamento, desde a concessão de bolsas de estudo para a graduação e pós-graduação, o financiamento de pesquisas pelas agências públicas, a materialização da intervenção em sua autonomia, entre outros procedimentos típicos do desmonte do Estado. A este respeito, Grégoire Chamayou (2019) alerta que o neoliberalismo é edificado em cima de práticas, que embora se apresentem contrárias ao Estado, não hesitam em se aliar às formas autoritárias de poder em nome de seus interesses, em uma economia de 'livre mercado’.

O governo eleito em 2018, centrado no aprofundamento das reformas trabalhistas e na aprovação da reforma da previdência, além dos cortes sistemáticos nos gastos públicos na educação, na saúde e na seguridade social, tem sido conduzido pelo militar reformado Jair Bolsonaro, partidário de personagens e práticas antidemocráticas aprofundadas com a ditadura militar no Brasil. Com ele o ministro Paulo Guedes, economista oriundo da Escola de Chicago e economista no governo Pinochet (Chile), contam com apoio de aliados da elite conservadora nacional e internacional, protagonizando a concepção de que o liberalismo e o autoritarismo são conceitos justapostos, estabelecendo um programa de iniciativas para implantação do “neoliberalismo brasileiro” – um regime político-econômico de característica populista, autoritário, misógino, racista e necrófilo. Avançam rapidamente com iniciativas que procuram fazer frente ao que se percebia como ingovernabilidade, permeando os mais diversos setores sociais, dentro e fora das instituições públicas e das empresas privadas.

Paulatinamente, o atual governo edifica o desmonte do Estado, pavimentando um perigoso caminho interposto em nossa frágil democracia. Órgãos públicos sem reposição de seus quadros funcionais, cooptação de funcionários às redes governistas, não reposição dos salários do funcionalismo público com perdas acumuladas de 2017 a 2021 que chegam a 28,15% e apenas no governo Bolsonaro a 19,99%. Do ponto de vista socioeconômico aprofundam a crise com uma inflação que é a maior registrada nos últimos 26

anos na história do país, chegando a 12,7% de inflação acumulada nos últimos doze meses, e o consequente aumento da miséria da população brasileira, correlatamente ao absurdo índice de desemprego que atinge a 12 milhões de pessoas em nosso país. Jogam na rua 25,9 milhões de trabalhadores para o trabalho informal com perda na renda média em torno de 10,7% em 1 ano, maior valor da série histórica desde 2012, segundo o IBGE. A este cenário desolador acrescenta-se o retorno do Brasil ao Mapa da Fome da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação da Agricultura) no ano de 2018, e que registrou em 2021, segundo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar Nutricional (PENSAN) mais de 55% dos lares no país convivendo com a insegurança alimentar.

Como resultado desta política perversa, assiste-se a um crescente abandono escolar, que será completamente descontrolado se o projeto do ensino domiciliar (uma das pautas principais do Governo Bolsonaro), cujo texto foi aprovado na Câmara de Deputados, vier a ser confirmado no Senado. Sabe-se que, por Lei, a matrícula de crianças e adolescentes (de 5 a 17 anos) nas escolas de educação básica, ensino fundamental e médio é obrigatória no Brasil. Segundo a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE e o Censo Escolar/2021, 1,4 milhão de estudantes desta faixa etária não mais frequentam o ambiente escolar em nosso país. Soma-se a este número as crianças não matriculadas da educação infantil entre os anos de 2020 e 2021.

No ano de 2019 havia 9 milhões de crianças de 0 a 5 anos matriculadas na educação infantil em todo o Brasil, em 2021 este número reduziu para 8,3 milhões, ou seja, são menos 653,4 mil crianças de 0 a 5 anos não matriculadas na educação infantil. Na educação técnica e superior, desde 2019, as instituições federais vêm sofrendo redução no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que perdeu 18,3% do orçamento entre 2019 e 2021. Este programa destina recursos para bolsas estudantis, auxílio à moradia, ao transporte e à alimentação no sistema federal de educação. Também o orçamento da Educação de Jovens e Adultos – EJA – programa que visa combater o analfabetismo, teve um corte desastroso durante os últimos anos deste governo, passando de mais de 500 milhões investidos em 2014 a 5 milhões em 2021 e uma queda muito significativa nas matrículas de estudantes, de 3,5 para 2,9 milhões, de acordo com o Censo Escolar 2021 (INEP).

O descaso intencional do atual governo com a educação nos seus vários níveis tem sequestrado sonhos e o direito de crianças, adolescentes e jovens-adultos a uma vida com mais sentido, em contato com o ambiente escolar e universitário. Desta maneira, o atual governo ao excluir a educação de sua agenda pública, exclui crianças e jovens, especialmente os mais pobres de sua dignidade humana, jogando-os para a incerteza, a pobreza e a miséria, o que estruturalmente contribuirá a curto prazo, para o agravamento da violência em nosso país. Nós, professoras e professores, da educação básica, ensino fundamental, ensino médio, educação técnica, tecnológica e superior vamos afiançar, quer pelo voto ou pelo repúdio aos candidatos mais bem posicionados no pleito eleitoral até o momento, a manutenção do projeto ultraneoliberal conduzido pelo atual governo? Precisamos continuar conversando sobre a violenta história da revolução conservadora e da barbárie em curso – as do presente, lado a lado com as do passado – caso a população do país, mais uma vez ludibriada, venha colocar mais quatro anos de governo ultraneoliberal à frente da presidência do Brasil.

O desmonte do Estado tem sido construído, igualmente, com medidas de dissolução e/ou redução da atuação de colegiados (conselhos, comissões, fóruns e câmaras) participativos. Estes colegiados têm sido, historicamente, importantes espaços de debate para a formulação de políticas públicas para elaboração de planos estratégicos, produção de normativas, além de aprovação orçamentária nas suas áreas de atuação, desde o nível local-municipal, até o nível estadual e federal, a exemplo dos fóruns da educação, da saúde, da cultura, do meio ambiente, da assistência social, da segurança alimentar, dos direitos da mulher, dos direitos da criança, do adolescente e do idoso, entre outros.

Ao admitirem a participação popular, os colegiados contribuem para a redução das desigualdades políticas e o acesso aos rituais democráticos, contribuindo para o controle social das políticas públicas. Segundo a Oxfam do Brasil, “(...) até o final de 2018, havia 40 conselhos ou comissões nacionais participativas para elaboração de políticas públicas no Brasil, sendo que 75% deles (...) criados após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e 45% entre 2001 e 2016”. Logo após a sua posse em 2019, um dos primeiros atos do presidente foi a extinção de numerosos colegiados e o estreitamento da participação popular em outros tantos. Esse ato ratifica a pauta do governo ultraneoliberal que nos (des)governa – uma agenda contrária aos direitos humanos, dissolvendo e/ou desarticulando os espaços de participação popular em notória atitude política contra a diversidade social, em especial em relação às pessoas negras, LGBTQIA+, as populações indígenas, e as mulheres – reafirmando o papel autoritário do neoliberalismo que ignora o lugar do Estado na garantia dos direitos adquiridos e dos direitos a serem conquistados.

Os últimos quatro anos foram, portanto, anos de ataques sem precedentes à classe trabalhadora. O governo Bolsonaro, longe de ser um governo “fraco” ou “confuso”, foi um governo extremamente bem-sucedido em um

sentido ideológico. Partindo da tese ultraneoliberal, sucateou o Estado, as empresas e a prestação de serviços públicos. Promoveu desinvestimentos criminosos em todas as instâncias, mesmo as mais básicas como a saúde e a educação. Vendeu todas as empresas que pode, como a Eletrobrás e inúmeras refinarias da Petrobrás, enquanto continuam na mira do governo cerca de mais 90 empresas estatais. Retirou direitos dos trabalhadores em geral e atacou, com especial fôlego, o funcionalismo público. Manteve a EC-95, a lei do teto de gastos, aprofundou a Reforma Trabalhista, passou a Reforma da Previdência e tenta, ainda, realizar novos ataques como a Reforma Administrativa e a Reforma Tributária, caso seja novamente eleito. O resultado são a atual inflação galopante, o desemprego e a informalidade sem precedentes no mercado de trabalho. A miséria e a fome, outrora um passado distante, é, novamente, realidade no Brasil. Por outro, implantou uma verdadeira necropolítica. Com auxílio da maior pandemia da história, não mediu esforços para minimizar qualquer ação contra o coronavírus e o resultado macabro são as mais de 700 mil famílias que perderam entes queridos.

Nós, que compusemos a gestão Travessias na Luta (2020-2022) estivemos no front da batalha contra este governo de morte e fome, que se projeta em um perigoso patamar de possível reeleição. Em diálogo constante dentro da Universidade com o SINDIFES, DCE, APG, e o grêmio do COLTEC, participamos, ao longo da última gestão, de inúmeros atos e ações contra o negacionismo bolsonarista e contra o desmonte do Estado, a maioria dos quais construídos em parceria com outras entidades da Educação (SINDIFES, ANDES, SINPRO, SIND-REDE, SIND-UTE, SINASEFE, SIND-CEFET ADUEMG, FASUBRA, entre outras), com os estudantes organizados (DCE, APG, UBES, UEE, AMES, UNE, FENET, e outros) e com entidades que defendem o setor público e o funcionalismo público. Também participamos do Fórum Mineiro em Defesa do Serviço Público e do Fórum dos Trabalhadores da Educação em Minas Gerais. Foram mais de 30 dias nas ruas apenas em 2021, em meio a pandemia. Estivemos em conjunto com o sindicato nacional ANDES e o FONASEFE (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais) e o FONACATE (Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado) e compomos o Fórum Estadual Permanente de Educação (FEPEMG) na luta contra a aprovação da Reforma Administrativa, que ainda não foi aprovada, graças às nossas mobilizações, e que aguarda pelo resultado das eleições de outubro/2022. Estaremos na luta pela reposição dos nossos salários que estão sem reajuste desde o ano 2017, acumulando uma perda de 28,15%.

Para isto é preciso aumentar a nossa mobilização coletiva. Contudo, devemos entender as dificuldades que nos encontramos enquanto sindicato local de não termos como levar no espaço deliberativo nacional - ANDES-SN - o pensar dos nossos professores, pois, não termos direito a voto. O movimento político sindical nos mostra a importância (a ser avaliada pelo coletivo de professores(as) da nossa categoria) de integrar este espaço de forma orgânica. O sindicato nacional ANDES, que reúne 127 seções sindicais, tem sido caracterizado por um debate técnico e político profundo, onde as questões são analisadas cuidadosamente, e onde as propostas da nossa categoria entrariam com o peso de uma categoria forte e de um sindicato reconhecido como de luta. Por outro lado, temos clareza que a nossa luta precisa ser fortalecida, e este fortalecimento precisa encontrar lugar em conexões sólidas, pois não se faz luta de forma isolada. Toda luta precisa ser acolhida e amparada no coração de um corpo que vibra com a força do coletivo.

Na nossa atuação como docentes, nos deparamos com o distanciamento imposto pela pandemia e suas consequências, que nos afetam emocionalmente, economicamente e fisicamente. Nosso trabalho foi de denúncia incansável em relação a sobrecarga de trabalho dos docentes, consequência da adaptação emergencial da Universidade ao Ensino Remoto, bem como à própria vida em remoto, da erosão salarial advinda por maiores gastos, inclusive aqueles necessários para trabalhar em casa, da desqualificação do ensino e da aprendizagem pelo Ensino Remoto, apontando a necessidade que se mantivesse apenas na condição da excepcionalidade emergencial pandêmica. Denunciamos também o acúmulo do trabalho acadêmico com o trabalho técnico, que exige competências pelas quais não fomos concursados e que frequentemente é objeto de repetição (Lattes, INA, REDOC), além do constrangimento da invasão da privacidade do lar e da evanescência dos contornos do trabalho e dos tempos de vida. Denunciamos e trabalhamos junto aos docentes no Núcleo de Acolhimento e Diálogo do APUBH o adoecimento mental na nossa Universidade em todas as suas perspectivas e desdobramentos.

Pretendemos manter com a Reitoria e demais espaços da gestão, um diálogo permanente saudável, respeitoso e franco, com o propósito de troca de informações por meio de um postura colaborativa quando necessário para o fortalecimento da luta pela educação pública, gratuita, de qualidade social inclusiva, autônoma. Além disso, persistiremos na defesa dos nossos orçamentos e das agências de fomento, pois cabe ao sindicato a interlocução com essas instâncias. Estamos dispostas/os ao diálogo sem nunca, contudo, esmorecer em relação às justas reivindicações de nossos colegas, de todas as carreiras. Neste sentido tentaremos aprimorar o espaço de negociação, de diálogo construtivo contra precarização da saúde física e mental dos trabalhadores/as da área da educação e do trabalho docente e pela sua valorização, bem como em relação a pautas de interesse da categoria, esperando não apenas ter nossas sugestões ouvidas, mas

verdadeiramente consideradas.

Prezamos pela participação esclarecida da(o)s docentes nas escolhas da Universidade que lhe pertence, com constate debate coletivo, com a valorização dos diferentes pontos de vista como melhor estratégia de elucidação e legitimação dos processos deliberativos dos órgãos de governo da Universidade, e neste sentido buscamos diálogo com a Reitoria e o Conselho Universitário sobre a proposta de modificação da Resolução 10/95 que, para além das aparências, abre uma brecha perigosa para a privatização do ensino, da pesquisa e da extensão. Lutamos contra a precarização do trabalho docente (por exemplo abrimos as discussões acerca da contratação de professores voluntários como forma do Estado se livrar de suas obrigações e precarizar a aprendizagem) e pela valorização do(a) professor(a), contribuindo para que haja em geral uma leitura positiva das atuações docentes, desconstruindo a imagem do servidor público cheio de privilégios construída pelo Governo Bolsonaro (como no caso da(o)s docentes que buscam por qualificações, como tentativa em contribuir para o fortalecimento das Unidades, dos cursos de graduação e programas de pós-graduação). Buscamos informações e diálogo com as Unidades para conhecermos as melhores práticas utilizadas para contribuir com soluções que não criem disparidades profundas entre colegas da mesma Universidade, como no caso do plano de qualificação dos servidores. Os critérios de promoção e progressão também representam um problema em algumas Unidades e, portanto, nos propomos a aprofundar esta discussão. Em todas estas frentes continuaremos atuando, bem como em todas as frentes que enxergamos como espaço importante de atuação do sindicato, e naquelas que os professores vierem a considerar oportunas.

O sindicato tem procurado escutar o Conselho de Representantes para o debate de temas de interesse da comunidade, promovendo encontros qualificados que buscam aprimorar o diálogo com a nossa categoria. Este movimento, frequentemente vai além da previsão estatutária do sindicato, que relega ao Conselho, uma representação de órgão consultivo. Certamente pretendemos continuar e aprimorar este diálogo. Da mesma forma, acreditando fortemente na importância do movimento de horizontalidade em nossas tomadas de decisões, temos buscado reunir com frequência os professores em nossas Assembléias, para abrir-se o debate deliberando de forma coletiva.

Novamente, chamamos as professoras e professores da UFMG (Belo Horizonte e Montes Claros) e UFSJ/Ouro Branco para compor conosco um novo ciclo de lutas para a defesa do trabalho docente, da Universidade Pública e serviços públicos, assim como da nossa democracia.

A chapa que se propõe no pleito eleitoral 2022, TRAVESSIAS NA LUTA: MOBILIZAR, CONECTAR, FORTALECER, SONHAR, manteve boa parte de seus quadros diretores da gestão anterior, sem, contudo, deixar de realizar renovação de nomes para nos apoiar nas lutas. Realizamos mudanças na estrutura e no corpo das setoriais, embora seguimos com a tese da necessária luta coletiva, mantendo grande parte do programa anterior, haja vista que o cenário que estamos vivendo ainda é o da produção de uma revolução conservadora pautada pela barbárie e a necropolítica ultraneoliberal bolsonarista.

Nos comprometemos, contando com o voto e apoio da comunidade professoral, permanecer ativos na luta pela preservação da democracia e lutar, junto com a maior parte da classe trabalhadora do país, pela derrota do projeto bolsonarista, tão pernicioso para toda a classe trabalhadora no Brasil e continuar lutando – em qualquer cenário que se descortine – contra qualquer política de desmonte do Estado e ataques aos trabalhadores e à educação e à pesquisa pública.

A base do programa continua a mesma do programa anterior, com ajustes, considerando a necessidade de aprimorar a atuação do sindicato. Nos dois últimos anos a pandemia dificultou que estivéssemos presencialmente nas unidades, fragilizando os laços de convivência e, por conseguinte, os laços de articulação e mobilização política da nossa categoria. Contamos com apoio de todas e todos para que possamos retomar nosso trabalho, com atividades presenciais, e os cuidados sanitários ainda necessários neste momento de transição da pandemia, nos mobilizando, nos conectando e nos fortalecendo, para que possamos sonhar com um presente sem carestia, sem desmonte e com uma educação e pesquisa pública, gratuita, inclusiva e de qualidade social.

EIXOS POLÍTICOS

A chapa TRAVESSIAS NA LUTA: MOBILIZAR, CONECTAR, FORTALECER, SONHAR, que se apresenta para as eleições do sindicato APUBHUFMG+ no biênio 2022 - 2024, se propõe a mobilização do coletivo de professora(e)s para conectar e fortalecer a luta contra o governo Bolsonaro e o bolsonarismo e todo o aparato que desfavorece a(o)s trabalhadora(e)s da educação que compõem a categoria do APUBHUFMG+ nos campi Belo Horizonte, Montes Claros e UFSJ/Ouro Branco.

Para tanto, apontam-se os seguintes eixos que nortearão a política para as ações do nosso sindicato:

- **MOBILIZAR** a categoria por meio de práticas coletivas, promovendo encontros e diálogos para uma maior participação da(o)s professora(e)s trabalhadora(e)s da UFMG (Belo Horizonte e Montes Claros) e UFSJ/Ouro Branco nos temas de interesse da categoria, visando consolidar nossa convivência através de uma maior proximidade do sindicato com a(o)s professora(e)s, nos enxameando para as tomadas de decisões na defesa das carreiras e condições de trabalho docente.
- **CONECTAR** a categoria para articular e ampliar o conhecimento sobre os problemas cotidianos da(o)s professora(e)s da UFMG (Belo Horizonte e Montes Claros) e UFSJ/Ouro Branco e das Universidades Públicas Federais do país em relação às diferentes carreiras, as condições de trabalho e aposentadoria, para alcançar maior êxito em nossas ações em âmbito local e nacional. Com isto, conectar no nível local a(o)s professora(e)s, o movimento estudantil, o sindicato dos técnicos administrativos e aposentados. No nível nacional continuarmos nossos processos de aproximação e integração com o FONASEFE (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais) e o ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes Ensino Superior), que protagonizam o debate político acumulado sobre o sistema público federal e classe de trabalhadora(e)s em geral, para a defesa coletiva dos direitos que representam os interesses dos servidores públicos e da categoria de professora(e)s federais, sem perder de vista nossas questões específicas de luta.
- **FORTALECER** o sindicato APUBHUFMG+ como entidade de luta da categoria da(o)s professora(e)s, trabalhadora(e)s que somos da educação. Isto significa termos uma presença qualificada na construção e articulação das lutas locais e nacionais a favor dos processos democráticos no país e da educação pública, gratuita, inclusiva, laica, popular e socialmente referenciada. Fortalecer o Sindicato para a luta da categoria contra a naturalização da mercantilização da educação com o aprofundamento do projeto neoliberal nas Universidades Públicas e o acirramento das competitividades, da exclusão de campos científicos e do controle seletivo da produção do conhecimento e contra a precarização do trabalho docente, os cortes nas bolsas de estudo e nos orçamentos da Universidade Pública e das agências públicas de fomento à pesquisa; contra as ameaças à gratuidade nas Universidades Públicas e à política de cotas; em defesa da autonomia da Universidade Pública, do ensino, da pesquisa e da extensão. E ainda contra a precarização do trabalho em geral, e todos os ataques a classe trabalhadora do país, tais como a Emenda Constitucional 95, a Reforma Previdenciária, as Reformas Trabalhistas, a Reforma Administrativa, a Reforma Tributária, o pagamento da fraudulenta dívida pública, os projetos de privatização e sucateamento da Universidade Pública, das agências de fomento e dos demais setores públicos e, por fim, contra o bolsonarismo, que tem sido nefasto em seu projeto fascista-populista, necropolítico, misógino, racista, LGBTQIA+ fóbico, para citar algumas de suas perversas características.
- **SONHAR.** Shakespeare, na peça “A tempestade” (1611) nos convoca: “Somos feitos da matéria dos sonhos (...)”. Seus personagens nos falam da importância de uma vida com sentido. Isolados vamos construindo e creditando aos muros sua função intransponível. Os sonhos são matérias fundamentais para nossa sobrevivência, com a remontagem que nele se inicia para que laços possam ser edificados, reconstruídos, fortalecidos. O governo Bolsonaro nos lançou no caos econômico, político, social e ambiental, com numerosas ausências e perdas, desde aquelas no âmbito do pessoal, às perdas coletivas, e que não devem ser tomadas, nenhuma delas, como definitivas e irreparáveis. O sonho não é uma mensagem separada de nossa realidade, contrariamente, representa um encontro com o que nos atravessa. O sonhar é a ação humana que cria lugares e potência, onde o encontro diante da constatação da angústia e do espanto nos leva a encontrar saídas. É tempo de integração e reparação! Sonhos são comunicação, um convite a experimentar outros começos. Assim que sonhos queremos sonhar? Um novo porvir, em que a democracia e o respeito ao outro e aos direitos da(o)s professora(e)s, da(o)s servidora(e)s públicos e da classe trabalhadora em geral estejam ao alcance de todos? Vamos juntos sonhar?



A chapa **TRAVESSIAS NA LUTA: MOBILIZAR, CONECTAR, FORTALECER, SONHAR** para gestão do sindicato APUBHUFMG+ (2022-2024) propõe a constituição de diretorias setoriais, conforme o estatuto da entidade. As diretorias setoriais foram desenhadas para desenvolver atividades diversas em movimento transversal e convergente com os eixos políticos do sindicato. Privilegia-se, dessa maneira, entre as setoriais, linhas de ação para potencializar a mobilização, a conexão, o fortalecimento do sindicato junto com nossa categoria, e assim os sonhos necessários às articulações das lutas em defesa da democracia, da educação, do trabalho docente na Universidade Pública, bem como do serviço público. A seguir, são apresentadas as cinco diretorias setoriais com seus objetivos e propostas de ações.

1. DIRETORIA APOSENTAR

Há um provérbio africano que diz: “O jovem anda mais rápido do que o velho, mas é o velho quem sabe o caminho”. Tomando este provérbio como referência e o que ele aponta – a experiência e a sabedoria acumulada da(o)s mais velhos, ao longo de décadas, somos convocados a acolher e promover as lutas mais gerais e as lutas específicas da(o)s professora(e)s aposentada(o)s de nossa categoria. É imprescindível o nosso sindicato resgatar a(o) aposentada(o) como sujeito ativo e que muito tem a contribuir para a luta da(o)s trabalhadora(e)s aposentada(o)s e não apenas como destinatário de assistência.

Atualmente, o coletivo de professora(e)s aposentada(o)s que compõem os quadros de filiada(o)s do sindicato é de 54,74% . Além disso, temos a presença ativa de professora(e)s aposentada(o)s que permanecem trabalhando na Universidade, em seus departamentos de origem, dando aulas na graduação e na pós-graduação, fazendo pesquisa, e com isso, dando uma contribuição inestimável à instituição, mantendo viva a história geracional de professora(e)s dentro UFMG.

É inquestionável, sabemos, que todas as decisões nos últimos anos, levadas pelos governos Temer e Bolsonaro visam o desmonte de instituições públicas, a exemplo das Universidades Públicas e a sua privatização, assim como o desmonte da previdência social e a destruição dos direitos protetivos. A tônica do poder público tem sido os ataques aos direitos dos aposentados e à previdência social.

O último texto da Reforma da Previdência (2019) apresenta um conjunto de medidas que alteram e prejudicam a situação do direito previdenciário não só daqueles que ainda não se aposentaram, mas também daqueles trabalhadores que já se aposentaram ou que recebem pensão previdenciária, sejam eles do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) ou do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), que diz respeito aos servidores públicos.

Em um momento da vida em que aumentam as despesas com a saúde, e em alguns casos, com cuidados mais intensivos, a diminuição da renda implica a piora das condições de vida dos idosos e de suas famílias. Hodiernamente, os idosos se tornaram os grandes responsáveis pela manutenção e sustento das famílias, inclusive participando complementarmente da renda dos filhos. A crise estrutural do capitalismo tem elevado o papel social do idoso, que se torna ainda mais relevante nas famílias com o aumento do desemprego, em que as rendas têm sido insuficientes para a manutenção e a sobrevivência digna de seus membros. Não raro também, os idosos se vêem impelidos a voltar ao mercado de trabalho.

Fato é que a Constituição Cidadã de 1988 fundamenta o sistema da Previdência Social com base na solidariedade intergeracional. Se no sistema atual os trabalhadores na ativa financiam o pagamento das aposentadorias e pensões dos mais idosos, estes últimos devolvem a mesma solidariedade na sua rede familiar. A Reforma da Previdência estreitou as possibilidades nessa relação solidária e com o aumento do desemprego o que se tem visto é a quebra deste mecanismo, através da pressão sobre o orçamento da família e a destinação compulsória da aposentadoria na manutenção de seus membros.

A Reforma da Previdência além de ter aprovado a alteração na idade da aposentadoria e no tempo de contribuição, promoveu o aumento da alíquota de contribuição previdenciária tanto para servidores



ativos, quanto para servidores aposentados e pensionistas. Neste último caso, a contribuição continua a incidir sobre os valores que ultrapassarem o teto do INSS. As medidas de aumento na alíquota contributiva de aposentados e pensionistas reduzem o valor líquido do benefício, ou seja, resulta na diminuição no valor do benefício; e para quem ainda está na ativa e para os novos servidores resulta, igualmente, em menor salário líquido.

A Reforma da Previdência procedeu também a alteração no valor da pensão por morte e aprovou a desvinculação do salário mínimo, o que afetará os futuros pensionistas. Os novos pensionistas que acumularem pensão com aposentadoria terão o valor dos seus benefícios limitados, uma vez que houve alteração das regras de acúmulo de pensão com aposentadoria.

Como se vê, o idoso aposentado ou o pensionista que contribuíram por toda sua vida ativa para a sociedade e para a economia, e continuam contribuindo com o aumento das alíquotas, ainda assim, se tornaram no governo Bolsonaro pessoas descartáveis. As mortes por falta de políticas públicas efetivas, pelo negacionismo e pela necropolítica, para sustentar a mentira de “salvar a economia” – alcançam a assustadora estatística de mais de 700 mil mortos. Não se trata de um acontecimento apenas para nos lamentarmos e nos acostumarmos. O mesmo presidente sugeriu inúmeras vezes o “isolamento vertical”, pelo qual só os idosos e demais membros do grupo de risco ficariam em quarentena e os demais cidadãos brasileiros continuariam vivendo normalmente, como se as pessoas dos grupos de risco não morassem com familiares ou não tivessem contato com pessoas que, no cenário de uma pandemia descontrolada, como foi os anos de 2020 e 2021, fatalmente estariam propensas à contaminação.

Discordamos veementemente do projeto negacionista e da necropolítica bolsonarista. Ao contrário, consideramos que aqueles que trabalharam por toda a vida, devem ter seus direitos valorizados, reconquistados e preservados. A experiência daqueles que trabalharam e lutaram por toda a vida deve ser valorizada. Afinal, foi graças à luta da(o)s trabalhadora(e)s que nos precederam que conquistamos os nossos direitos.

Considerando todas as perniciosas ações do atual governo é de fundamental importância mobilizar, conectar, fortalecer nossa(o)s aposentada(o)s para juntos sonharmos. Propõe-se:

Lutar pela Revogação da Reforma da Previdência que afetou a(o)s docentes ativos e a(o)s aposentada(o)s;

- Lutar pela isonomia das carreiras, e pela paridade, especialmente entre a(o)s aposentada(o)s e ativos;
- Estar atentos às demandas jurídicas da(o)s filiada(o)s aposentada(o)s;
- Ampliar a interação do APUBHUFMG+ com a Organização dos Aposentados e Pensionista da UFMG (OAP), o Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (SINDIFES) de modo a intensificar as mobilizações, as conexões, o fortalecimento e o sonhos da(o)s aposentada(o)s nas suas respectivas entidades e coletivamente;
- Pesquisar as condições de vida da(o)s aposentada(o)s em parceria com OAP, o SINDIFES e a ASSUFEMG, a fim de traçar metas mais objetivas que atendam às suas necessidades e expectativas;
- Fortalecer o grupo Aposentar do APUBHUFMG+, para que, a partir da pesquisa sobre as condições de vida da(o)s aposentada(o)s, atividades possam ser desenvolvidas para uma maior sociabilidade da(o)s aposentada(o)s aberta aos filiados ativos.
- Realizar atividades, eventualmente em conjunto com a assessoria jurídica do sindicato, com o Núcleo de Acolhimento e Diálogo (NADI/APUBH) e com a diretoria setorial de Articulação e Mobilização política, para debater questões ligadas a qualidade de vida dos aposentados ou sobre temas de interesse específico
- Promover encontros e confraternizações, eventualmente em conjunto com a diretoria setorial de Articulações e Mobilizações Políticas.



2. DIRETORIA DE ARTICULAÇÕES E MOBILIZAÇÕES POLÍTICAS

Esta setorial tem por propósito fortalecer as conexões entre a(s) professora(e)s que compõem nossa categoria, mobilizando, articulando localmente e nacionalmente as lutas em defesa das carreiras docentes, da Universidade Pública e da democracia em nosso país. São propostas de ações:

- Aproximar do sindicato toda(o)s a(o)s docentes, com ações específicas voltadas para professores recém ingressos, aposentados, substitutos e professores visitantes. As ações envolvem rodas de conversas temáticas, eventos de confraternização, visitas às unidades e diálogos com filiada(o)s e não filiada(o)s no sentido de auxiliar no enfrentamento de seus principais problemas.
- Promover a solidariedade e o diálogo contínuo com outros sindicatos, movimentos estudantis, movimentos sociais e associações de luta, tendo em vista a totalidade da(o)s trabalhadora(e)s e a situação em que se encontram na atual crise sistêmica do capital que se dá em âmbitos nacional e internacional.
- Promover atividades de formação política e sindical para a(o)s diretora(e)s e filiada(o)s, visando ampliar o conhecimento da luta sindical da(o)s trabalhadora(e)s docentes e da conjuntura estadual, nacional e internacional.
- Demandar da Universidade o desenvolvimento de políticas institucionais que objetivem a proteção, o acolhimento e o assessoramento jurídico aos docentes aposentados ou na ativa, professores efetivos, substitutos, voluntários ou visitantes, que vivenciem no trabalho ou por causa dele a situação de perseguição política e/ou qualquer tipo de ameaça aos direitos fundamentais. O sindicato dedicará uma especial atenção às demandas específicas advindas de colegas estrangeiros, imigrantes e refugiados.
- Defender repasses orçamentários da União que garantam a melhoria das condições de trabalho nas Universidades Públicas, no que se refere ao ensino, à pesquisa, à extensão e à administração.
- Abrir junto à categoria o debate sobre os processos de promoção e progressão na carreira docente, questionando o estabelecimento de critérios injustos e indevidos. Discutir também os procedimentos de avaliação docente e a obrigatoriedade da feitura de relatórios repetitivos que impõem aos docentes, muitas vezes, um grande dispêndio de tempo com trabalhos sobrepostos, como no caso de planos de trabalho, Lattes, ReDoc.
- Promover iniciativas de comunicação política, visando à educação política da comunidade acadêmica e do público externo sobre o valor social do trabalho realizado na Universidade Pública.
- Promover a conscientização política na defesa da democracia, da autonomia universitária, dos direitos humanos, das liberdades de cátedra e de expressão de pensamento no ensino, na pesquisa e na extensão.

Lutar localmente e nacionalmente:



a) pela autonomia da Universidade Pública e a liberdade de cátedra como condições inerentes às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, posicionando-se contra qualquer tipo violação de direitos e intervenção;

b) pelo reconhecimento da inconstitucionalidade da Emenda Constitucional-95 (Teto de Gastos);

c) contra as propostas da reforma administrativa que geram maior precarização do trabalho docente e dos serviços públicos;

d) contra o avanço das privatizações no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão na Universidade Pública;

e) contra a terceirização e uberização do trabalho docente e a contratação de docentes por Organizações Interpostas, inclusive a EBSERH;

f) pela reposição salarial da categoria e pelo efetivo cumprimento do dispositivo constitucional que assegura revisão anual de vencimentos básicos, contra qualquer proposta que aponte, diretamente ou indiretamente, para um esvaziamento salarial;

g) pela recomposição das perdas salariais e contra o congelamento de salários e realização de concursos públicos, conforme a Lei Complementar n. 173 de 2020;

h) Apoiar a retomada do processo de discussão entre Servidores Públicos e o Governo, a fim de definir as Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos (DPC), que incluam: i) carreira única para todos os docentes das Universidades Públicas, com remuneração integral e isonômica dos integrantes de mesmo nível da carreira e unificando os percentuais correspondentes à titulação e regime de trabalho; ii) incorporação de todas as gratificações ao vencimento, assegurando isonomia salarial pela remuneração.

i) contra o uso das avaliações de desempenho para restrições às progressões e promoções da carreira docente, e quebra da estabilidade no trabalho nas Universidades Públicas;

j) contra um sistema previdenciário nocivo aos docentes;

k) contra os programas e projetos de escola sem partido;

l) para a realização e manutenção do fluxo dos concursos públicos para docentes, visando à melhoria na estrutura da carreira e à eliminação do trabalho precário na Universidade Pública;

m) pela defesa e valorização do Serviço Único de Saúde - SUS entre outros serviços públicos sob ameaça de manutenção.

Em relação a(o)s **professora(e)s ingressantes, aposentados, substitutos e visitantes**, a chapa TRAVESSIAS NA LUTA: Mobilizar, Conectar, Fortalecer, Sonhar considera imprescindível fortalecer o acolhimento pelo sindicato das novas gerações de professora(e)s no sistema de educação pública federal da UFMG (Belo Horizonte e Montes Claros) e UFSJ/Ouro Branco. Também merece especial atenção os docentes aposentados. Nesse caso, a setorial deverá manter o diálogo com a Diretoria Setorial Aposentar, e sempre que se fizer necessário, apoiar e dar suporte às ações a serem desenvolvidas por esta diretoria. Ressalta-se a presença relevante dos colegas estrangeiros, imigrantes e refugiados, que muito contribuem com a experiência da diversidade humana e docente em nossa convivência universitária. Propõe-se:

- Ampliar os canais de comunicação do sindicato com a(o)s professora(e)s ingressantes, substitutos e visitantes, promovendo rodas de conversas temáticas para conhecer os problemas enfrentados pela(o)s docentes ingressantes, substitutos, visitantes e visitantes estrangeiros da UFMG (Belo Horizonte e Montes Claros) e UFSJ/Ouro Branco, visando acolher e orientar, promovendo a integração desses colegas com a categoria de professores em geral e sua inserção numa Universidade Pública.

- Elaborar levantamento junto a(o)s professora(e)s ingressantes, substitutos, visitantes e visitantes estrangeiros para melhor conhecer suas demandas específicas, com o objetivo de desenvolver ações que melhor atendam às suas necessidades e expectativas.
- Esclarecer e orientar o(a)s professora(e)s ingressantes, substitutos, aposentada(o)s e visitantes estrangeiros sobre dúvidas quanto a seus direitos como trabalhadores da educação e em relação às perdas salariais e ameaças trabalhistas decorrentes das reestruturações das carreiras docentes e sobre o sistema de seguridade social, bem como outras questões relacionadas à vida docente.

3. DIRETORIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

A Diretoria de Ciência, Tecnologia e Educação da chapa TRAVESSIAS NA LUTA: Mobilizar, Conectar, Fortalecer, Sonhar, que se apresenta para as eleições do sindicato APUBHUFMG+ no biênio 2022-2024, se propõe a trabalhar pela liberdade acadêmica e pelo compromisso social e político do ensino, da pesquisa e da extensão em consonância com o desenvolvimento inclusivo e sustentável do estado e do país. Esta diretoria se propõe a:

- Apoiar e contribuir na articulação de frentes em defesa da ciência, tecnologia e inovação e da educação;
- Promover, em conjuntos com outras entidades representativas, ações que visem à máxima democratização, e ética nos mecanismos de financiamento público da pesquisa e extensão, de modo a garantir o maior acesso e a evitar a concentração excessiva de recursos em linhas ou grupos de pesquisa ou extensão específicos;
- Lutar contra os cortes de bolsas e de recursos em todos os níveis e em todas as áreas do conhecimento e pela recomposição dos valores das bolsas;
- Contribuir para a comunicação e divulgação da ciência para o combate das desinformações e fake News;
- Propor, em conjunto com as sociedades científicas, políticas de ciência e de reestruturação dos investimentos públicos no sistema de C&TI, pelo restabelecimento do MCTI e pelo fortalecimento do CNPq, da CAPES, do FINEP e da FAPEMIG;
- Manter diálogo junto à Reitoria, no sentido de estimular oportunidades equânimes de ingresso e participação da(o)s docentes no âmbito da pesquisa em diversos momentos da sua carreira;
- Participar do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia do ANDES – Sindicato Nacional e do Fórum Técnico Minas Gerais pela Ciência da ALMG.

4. DIRETORIA DE SAÚDE, ACOLHIMENTO E DIÁLOGO

A Diretoria de Saúde, Acolhimento e Diálogo da chapa TRAVESSIAS NA LUTA: Mobilizar, Conectar, Fortalecer, Sonhar, que se apresenta para as eleições do sindicato APUBHUFMG+ no biênio 2022-2024, se propõe a:

- Elaborar ações, eventualmente em conjunto com o Núcleo de Acolhimento e Diálogo (NADi) do APUBHUFMG+, que visem acolher a(o)s docentes filiada(o)s uma população diversa(o)s,
- 



- desde gênero, raça/etnias, de todas as idades e gerações com o propósito de mitigar os impactos psicossociais decorrentes do isolamento e distanciamento social advindos do longo período de reclusão imposto pela pandemia da Covid-19, além do isolamento inerentes ao trabalho científico e acadêmico da(o)s docentes da ativa e aposentada(o)s.
- Colaborar em iniciativas transversais e integradas do Núcleo de Acolhimento e Diálogo (NADi) do APUBHUFMG+ por meio da divulgação de informações e a escuta coletiva sobre temas que impactam as condições, os processos de trabalho e qualidade de vida da(o)s docentes da ativa, aposentada(o)s e a(o)s com necessidades especiais.
- Elaborar diagnósticos das condições e processos de trabalho (Qualidade de Vida no Trabalho), saúde física e mental da(o)s docentes da ativa, aposentada(o)s e com necessidades especiais, mapeando continuamente políticas e práticas de gestão que possam impactar negativamente na qualidade de vida da(o)s trabalhadora(e)s da nossa categoria.
- Manter diálogo contínuo com a direção executiva do sindicato, com vistas à busca de ações de negociação coletiva que possam mitigar ou mesmo reverter políticas e práticas de gestão que impactem negativamente nas condições e nos processos de trabalho e qualidade de vida da categoria docente.
- Monitorar, com a categoria, as práticas dos convênios mantidos pelo sindicato, assim como construir também com a categoria eventuais critérios para o estabelecimento de convênios de entidades comerciais e prestadores de serviços com o sindicato com a participação das demais setoriais.
- Promover debates em defesa dos serviços públicos, especialmente o Sistema Único de Saúde (SUS), da ciência e da democracia
- Reivindicar políticas sociais de enfrentamento das desigualdades sociais e promoção da equidade de acesso a serviços públicos, especialmente, o Sistema Único de Saúde (SUS), em defesa da vida, da preservação do meio ambiente, da ciência, da educação e da democracia.
- Unificar com a educação, a cultura, a seguridade social, os movimento estudantil e sindical na luta contra o desmonte do SUS e das demais políticas sociais, em defesa de todos os direitos sociais previstos na Constituição Federal.

5. DIRETORIA DE TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO: ARTE, CULTURA, DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE

A Diretoria de Territórios em Movimento: Arte, Cultura, Direitos Humanos e Diversidade da chapa TRAVESSIAS NA LUTA: Mobilizar, Conectar, Fortalecer, Sonhar, que se apresenta para as eleições do sindicato APUBHUFMG+ no biênio 2022-2024, se propõe a:

- Promover a cultura, o Bem Viver, a qualidade de vida e os direitos humanos, por meio de ações que contemplem o enfrentamento das diversas formas de precarização do trabalho docente e violações aos direitos humanos e reprodução das desigualdades na UFMG (Belo Horizonte e Montes Claros) e UFSJ/Ouro Branco.
- Promover iniciativas de acesso e fruição das artes e das mais diversas manifestações culturais, visando ao conhecimento e ao compartilhamento referentes à prática das “artes em movimento”, em “espaços em movimento”.





- Criar espaços permanentes para encontros e/ou reuniões coletivas entre professora(e)s e comunidade dentro do campus da Pampulha e em outros campi, que sejam de amplo acesso e circulação para a categoria de docentes da ativa e aposentada(o)s.
- Multiplicar os encontros entre filiada(o)s e demais docentes, em espaços em movimento, ou seja, espaços variados, para permitir a efetiva presença, participação e integração da categoria (docentes ativos, aposentados, visitantes, substitutos, estrangeiros) tendo em vista a mobilização, a conexão, o fortalecimento e concretização dos nossos sonhos. Estes compreenderão: reuniões de confraternização, saraus, rodas de conversas temáticas, sessões de cinema, cafés, encontros musicais, eventos de esporte e lazer, o baile anual, todos eles concebidos para ampliar a nossa conexão, integração e sociabilidade.
- Promover iniciativas de apoio às políticas de democratização, inclusão e promoção da diversidade na Universidade, visando o acolhimento e o reconhecimento da(o)s trabalhadora(e)s que se percebem como não pertencentes aos perfis psicossociais hoje prevalentes e hegemônicos na categoria, por autopercepção de filiação a identidades étnico-raciais, de gênero e/ou orientação sexual não hegemônicas ou minoritárias e, também, como pessoas com deficiências.
- Construir ações de combate ao racismo, à misoginia, ao machismo, à xenofobia, à LGBTQIA+fobia e outras formas de preconceito, em diálogo com os três segmentos da Universidade e seus coletivos, desenvolvendo ações tais como: capacitações docentes, campanhas e apoio a mobilizações de coletivos e movimentos sociais dentro e fora da Universidade.
- Cobrar o posicionamento, de forma nítida e pública, de lideranças institucionais ligadas à UFMG (em Belo Horizonte e Montes Claros), acerca das discriminações e violências cometidas contra mulheres, homossexuais, transexuais, estrangeiros, negro(a)s, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e outros grupos subalternizados.

FILIADOS DA DE MONTES CLAROS E OURO BRANCO

A Chapa TRAVESSIAS NA LUTA: Mobilizar, Conectar, Fortalecer, Sonhar pretende ainda:

- Discutir com os filiados da UFSJ/Ouro Branco a situação jurídica em que se encontram em sua relação com o APUBHUFMG+, buscando solucionar os entraves jurídicos que hoje se apresentam para garantir a participação da(o)s filiada(o)s da UFSJ/Ouro Branco nas discussões e debates do APUBHUFMG+.
- Coordenar a elaboração de um estatuto para o Ponto de Encontro dos Professores (PEP) – UFMG/Montes Claros –, visando o seu efetivo uso, tanto para confraternizações da categoria, como para as atividades de trabalho, como eventos e reuniões de interesse dos docentes.
- Realizar anualmente um (01) encontro presencial político-sindical e de confraternização em Montes Claros e Ouro Branco.
- Garantir a assessoria jurídica com previsão de pelo menos um (01) atendimento presencial anual no ICA/Montes Claros e em Ouro Branco e atendimentos online para a(o)s professora(e)s de Montes Claros e Ouro Branco, conforme necessidades previamente agendadas.





- Manutenção do serviço de assistência contábil para esclarecimentos e orientações aos associados da UFMG e UFSJ/Ouro Branco relativas ao IRPF, em período a ser divulgado pelo sindicato.
- Acompanhar e apoiar as demandas da(o)s professora(e)s do ICA/Montes Claros em relação à luta sindical.

PANDEMIA DA COVID-19 E O ENSINO

A Chapa TRAVESSIAS NA LUTA: Mobilizar, Conectar, Fortalecer, Sonhar defende a vida e a saúde, de modo a entender que o retorno às atividades presenciais na UFMG deva se dar com o máximo de segurança e em observância às orientações da ciência. Não existe risco aceitável quando se trata da vida humana! O cenário político desfavorável aos trabalhadores da educação das Universidades Públicas pede à categoria de professora(e)s atenção e avaliação crítica permanente e em diálogo com o sindicato sobre as contradições que surgiram do processo de Ensino Remoto e Ensino Híbrido e à aceleração das condições da precarização do trabalho, a saber:

a) dar conta do cumprimento dos conteúdos programáticos e a defasagem em que se encontram os estudantes, especialmente os da graduação, com um retorno que traz as marcas do impacto à saúde emocional e física do(a)s professora(e)s e estudantes decorrente do comprometimento do tempo livre da(o)s professora(e)s trabalhadora(e)s durante o Ensino Remoto e Ensino Híbrido.

b) sensibilizar a administração da Universidade sobre o comprometimento da saúde física e mental da comunidade acadêmica devido à longa exposição às condições exaustivas impostas pela pandemia da Covid-19 e o trabalho com o Ensino Remoto e Ensino Híbrido.

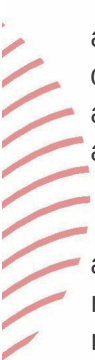
c) alertar sobre as condições do retorno às atividades presenciais neste 2022/1º. A retomada presencial é medida unilateral cuja aceitação não pode justificar a assunção de algum tipo de responsabilidade e a isenção da UFMG.

d) resistir ao aumento da carga de trabalho da(o)s professora(e)s, considerando as aposentadorias que ocorreram nos últimos dois anos e a lenta reposição dos quadros de docentes, por concurso público, no atual governo.

e) continuar a discutir localmente e articular nacionalmente contra a incidência salarial da transferência de custos do Ensino Remoto aos docentes das Universidades Públicas, em franca violação ao princípio constitucional da irredutibilidade salarial (Art. 32 da Constituição Federal).

f) acompanhar o aumento dos casos de ocorrência de Covid-19 nas diferentes unidades acadêmicas e que colocam em maior risco a(o)s docentes, considerando o inevitável contato com as classes de aulas, mesmo reputando a ampla vacinação deste segmento da comunidade acadêmica; além da constatação de que os espaços físicos da Universidade, recorrentemente, não são adequados para um controle sanitário eficiente da Covid-19.

g) continuar alertando a(o)s professora(e)s para o fato de que o cenário atual da pandemia ainda é preocupante, havendo a necessidade de se observarem os cuidados sanitários, rigorosamente, diante do surgimento de novos casos que, segundo a Fiocruz, acenam a possibilidade não descartada de “surgimento de novas variantes, que podem escapar da imunidade produzida pelas vacinas existentes, [o que] constitui uma preocupação permanente”.





A Chapa TRAVESSIAS NA LUTA: Mobilizar, Conectar, Fortalecer, Sonhar considera ser imprescindível manter o diálogo com a categoria sobre o retorno do APUBHUFGM+ ao Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES. Por que trazer, novamente, este tema para debater com a categoria de professoras e professores da UFMGe UFSJ/Ouro Branco?

Em primeiro lugar, destaca-se as imposições e perdas de direitos que vão sendo impostas às trabalhadoras e trabalhadores em geral em nosso país, com resultados nefastos, além dos cortes orçamentários para a manutenção da Universidade Pública e os correlatos impactos no trabalho docente no atual governo. Além disso, estamos inseridos em uma das maiores e mais bem conceituadas universidades do Brasil e da América Latina e, contraditoriamente, somos pequenos em relação à nossa participação no debate político nacional em relação às questões e lutas que tocam a(o)s trabalhadora(e)s integrantes do sistema federal de educação.

Avaliamos que toda a nossa categoria precisa melhor entender a natureza jurídica de nosso sindicato – estamos vinculados ao sistema federal de educação, e, portanto, é o governo federal que é nosso “patrão”. Enquanto sindicato, possuímos uma carta sindical que nos dá juridicamente apenas o direito de atuar no âmbito municipal. De que nos serve ter uma carta sindical quando sabemos que nossa luta está em Brasília (DF)? Quando entramos na justiça junto com outras Universidades Públicas ou até outros agentes ou entidades contra alguma decisão que atinge a educação do sistema federal e seus trabalhadores estamos sempre no lugar de amici curiae. Isto significa sermos adeptos simpatizantes da causa. O que consentimos, politicamente, enquanto categoria, neste posicionamento?

Desde os anos 2000 estamos apartados da participação do APUBHUFGM+ das discussões sobre a luta nacional dos docentes do sistema federal. Que tipo de (pre)juízos são interpostos com este apartamento? Trata-se, portanto, de abrir a toda a categoria (ativos e aposentados) o que é participar de um sindicato nacional de docentes das instituições da educação superior para melhor entendermos e avaliarmos os desdobramentos e implicações da recusa em participar do ANDES, o que em grande medida, a nosso ver, condiciona a pequenez da inserção política APUBHUFGM+ no movimento sindical nacional. Falta-nos contato e presença para uma vida política ativa e de pertencimento em relação aos nossos problemas comuns.

Entendemos que um sindicato de luta deve implicar-se sempre em um duplo movimento – o movimento para dentro, tentando mobilizar, conectar e fortalecer sua categoria para responder os sonhos e as lutas concretas que surgem de demandas e das contradições no/do trabalho; e o movimento para fora, nos fazendo presentes e participando dos debates e lutas que se impõem a educação nos vários níveis – local, estadual e nacional.

Imaginemos a UFMG fora da ANDIFES. Seria no mínimo estranho esta recusa! A ANDIFES resolve todas as questões específicas da UFMG? Seria ingênuo de nossa parte creditar a ANDIFES a solução de todos os problemas e ataques às Universidades Públicas brasileiras. No entanto, a UFMG estando dentro da ANDIFES permite à instituição o debate com seus pares em relação às questões mais prementes que atingem as Universidades Públicas, com possibilidade de traçar e apontar rumos pactuados democraticamente nas ações da entidade. Da mesma forma, guardando a natureza e propósitos entre uma associação e um sindicato nacional, pensamos que tomar posição nos leva a lutar por aquilo que nos implica enquanto categoria, situando-nos no nosso presente de dissolução das garantias trabalhistas e das instituições públicas, de uma revolução conservadora em curso, sem perder de vista o passado, porém, vislumbrando um futuro próximo muito mais potente em relação a luta dos trabalhadores da educação no sistema federal, se assim entendermos a necessária urgência desta luta.

É propósito da chapa TRAVESSIAS NA LUTA: Mobilizar, Conectar, Fortalecer, Sonhar – assumir concretamente o movimento dialógico com toda a categoria de professora(e)s para o debate sobre as implicações jurídicas, econômicas e, especialmente, as implicações políticas que nos afetam

¹Boletim do Observatório Covid-19 da Fiocruz, referente às semanas 18 e 19 de 2022 (1 a 14 de maio).



enquanto servidores públicos federais estarmos fora do Sindicato Nacional das Instituições de Ensino Superior – ANDES – para avaliarmos, coletivamente, a decisão sobre a retomada da vinculação do APUBHUFMG+ ao sindicato ANDES.

Este é um posicionamento político da Chapa TRAVESSIAS NA LUTA: Mobilizar, Conectar, Fortalecer, Sonhar – avançar no debate sobre a vinculação nacional, juntamente com a nossa categoria, apontando-se os contraditórios. O sindicato nacional ANDES possui uma importância histórica na luta coletiva em relação aos grandes temas que afetam os docentes do sistema federal de educação. Pretende-se, após estarmos suficientemente esclarecidos, indicar à categoria uma assembleia para deliberação ou não de nossa vinculação ao sindicato ANDES. Para isto se propõe:

Elaborar o histórico das relações institucionais do APUBHUFMG+ com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, identificando as razões da extinção do vínculo com o ANDES, e, posteriormente, a vinculação do APUBHUFMG+ ao PROIFES e a saída desta instituição, promovendo ampla divulgação junto à categoria.

- Debater e esclarecer junto a(o)s filiada(o)s as limitações interpostas ao APUBHUFMG+ enquanto sindicato de atuação local, promovendo ampla divulgação junto à categoria.
- Debater e esclarecer a(o)s filiada(o)s as mudanças necessárias, do ponto de vista jurídico e financeiro, em caso de filiação ao ANDES, promovendo ampla divulgação junto à categoria.
- Debater e esclarecer a(o)s filiada(o)s do APUBHUFMG+ a importância da vinculação ao ANDES, tendo-se em vista as implicações políticas sobre nosso exílio em relação aos debates e lutas políticas travadas no sistema nacional sindical, promovendo ampla divulgação junto à categoria.
- Convocar assembleia de professora(e)s para debater e deliberar sobre a vinculação nacional do sindicato APUBHUFMG+ ao ANDES.

COMUNICAÇÃO

A Chapa TRAVESSIAS NA LUTA: Mobilizar, Conectar, Fortalecer, Sonhar se propõe:

- a dar atenção a uma comunicação em defesa da educação pública, da Universidade Pública, dos movimentos socioambientais, das ciências e das tecnologias, assim como das instituições mineiras em prol do fortalecimento da participação popular em defesa da luta democrática, da cultura científica e seu alcance junto à população em geral;
 - em manter uma comunicação embasada em um projeto educativo para uma maior politização da(o)s filiada(o)s e que expresse os princípios do programa da Chapa TRAVESSIAS EM LUTA: Mobilizar, Conectar, Fortalecer Sonhar – em consonância com os interesses da categoria;
 - em dar continuidade no projeto de aprimoramento da comunicação do sindicato, para que possa atingir o maior número possível de filiada(o)s, tornando os canais de comunicação do sindicato mais acessíveis para a(o)s filiada(o)s através dos informativos físico e eletrônico, vídeos curtos, podcasts, WhatsApp e atenção constante ao site da página do APUBHUFMG+.
- 
- 

A Chapa TRAVESSIAS NA LUTA: Mobilizar, Conectar, Fortalecer, Sonhar se propõe a:

- manter e aprimorar o setor jurídico, para oferecer um atendimento coletivo e/ou individual com qualidade aos sindicalizados.
- oferecer atendimento contábil durante o período de preparação da Declaração de IRPF, para esclarecer dúvidas da(o)s filiada(o)s.

CHAPA TRAVESSIAS NA LUTA: MOBILIZAR, CONECTAR, FORTALECER, SONHAR ELEIÇÕES APUBHUFMG+ PARA GESTÃO 2022-2024

CONTAMOS COM SEU VOTO. ELE FORTALECE NOSSO SINDICATO!

O voto é uma manifestação democrática em favor do Programa TRAVESSIAS NA LUTA: MOBILIZAR, CONECTAR, FORTALECER, SONHAR – o que nos motiva a avançar, em diálogo, na luta do movimento sindical docente do APUBHUFMG+.

ELEIÇÃO:

Dias 30 e 31 de maio

Horários de Coleta de Votos: Em todas as Unidades Acadêmicas das 07h30min às 18h ou até às 22h30min nas Unidades Acadêmicas que têm curso noturno. Na Sede do APUBH das 08h30 às 18h, e na Subsede do Sindicato (Faculdade de Medicina) das 08h às 17h.





CHAPA TRAVESSIAS NA LUTA: MOBILIZAR, CONECTAR, FORTALECER, SONHAR ELEIÇÕES APUBHUFMG+ PARA GESTÃO 2022-2024

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidenta - Maria Rosaria Barbato (Faculdade de Direito)
Primeira Vice-Presidenta - Analise de Jesus da Silva (FAE)
Segunda Vice-Presidente - Maria Auxiliadora Pereira Figueiredo (ICA)
Secretária Geral - Maria Luiza Grossi Araújo (IGC)
Vice-Secretária Geral - Elaine Leandro Machado (Faculdade de Medicina)
Diretora de Finanças - Marly Nogueira (IGC)
Vice-Diretor de Finanças - Eduardo Mendes Nascimento (FACE)
Primeira Suplente - Solange Cervinho Bicalho Godoy (Faculdade de Enfermagem)
Segundo Suplente - Carlos Henrique Rezende Falci (EBA)

DIRETORIAS SETORIAIS

A – Diretoria Aposentar
Lízia Maria Porto Ramos (CP)
Magda Velloso Fernandes de Tolentino (FALE)
Sebastião Lira Filho (ICEX)
B – Diretoria de Articulações e Mobilizações Políticas
Amaro de Oliveira Fleck (FAFICH)
Anna Palma (FALE)
Julia Maria de Andrade (ICA)
Marco Antônio Sousa Alves (Faculdade de Direito)
Timea Drinoczi (Faculdade de Direito)
C – Diretoria de Ciência, Tecnologia e Educação
William James Nogueira Lima (ICA)
D – Diretoria de Saúde, Acolhimento e Diálogo
Francisco de Paula Antunes Lima (Escola de Engenharia)
Ricardo Augusto de Souza (FALE)
E – Diretoria de Territórios em Movimento: Arte, Cultura, Direitos Humanos e Diversidade
Adolfo Enrique Cifuentes Porras (EBA)
Fernando Braga Campos (Faculdade de Música)
José Luiz Quadros de Magalhães (Faculdade de Direito)
Marlise Miriam de Matos Almeida (FAFICH)
Marilda Teixeira Mendes (ICA)
Paulo Henrique Pinto Coelho Rodrigues Alves (CP)
Sidney Pereira (ICA)

CONSELHO FISCAL: Chapa TRAVESSIAS NA LUTA:

Mobilizar, Conectar, Fortalecer, Sonhar



Presidente
Bernardo Jefferson de Oliveira (FaE)
Vice-Presidente
Andrea Mara Macedo (ICB)
Secretário
Nivaldo Lúcio Speziali (ICEX)
Primeira Suplente
Denise Alves de Araújo (CP)
Segundo Suplente
Dirceu Bartolomeu Greco (Faculdade de Medicina)

